

## **O Processo de Produção da Primeira Página: uma perspectiva crítica a partir das teorias do jornalismo<sup>1</sup>**

Leonel Azevedo de AGUIAR<sup>2</sup>

Adriana BARSOTTI<sup>3</sup>

PUC-Rio

ESPM/Rio

### **Resumo**

A partir do campo das teorias do jornalismo, este ensaio discute determinadas perspectivas ideológicas que a cultura profissional dos jornalistas construiu sobre a primeira página dos jornais. Para entender a importância simbólica da capa dos impressos para o campo jornalístico, analisa dois textos de apresentação de livros que reúnem as mais relevantes primeiras páginas brasileiras. Esses prefácios, escritos por jornalistas que também ocuparam a cargos de direção, revelam uma determinada concepção sobre o processo de produção da informação jornalística e, mais especificamente, sobre as primeiras páginas.

**Palavras-chave:** jornalismo; teorias do jornalismo; primeira página; rotinas produtivas.

### **Introdução**

A sensação inquietante de que “há assuntos em quantidade” para serem abordados aparece no texto do prefácio do livro *100 páginas que fizeram história: grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos*, de autoria do jornalista Alberto Dines, diretor de redação do *Jornal do Brasil* por 12 anos, ex-chefe da sucursal do Rio da *Folha de S.Paulo*, ex-diretor do Grupo Abril em Portugal e criador do *Observatório da Imprensa*, site e programa de televisão que realiza a crítica sistemática da imprensa brasileira. O livro é uma coletânea de primeiras páginas marcantes de jornais e de revistas no período de 1917 a 1997, selecionadas por Dines com a ajuda de 76 jornalistas. Nas palavras de Dines, o jornalismo é um ofício-desafio por ter que terminar “a tarefa interminável” de seleção dos acontecimentos.

Última profissão romântica, o jornalismo é, na realidade, um ofício-desafio: terminar a tarefa interminável. Cada edição que se abre – diária, semanal ou mensal – contém a mesma provocação. Cada fechamento, igual expectativa. Em cada intervalo, a mesma frustração de não ter conseguido levar aos leitores todas as relevâncias do que aconteceu ou irá acontecer (DINES, 1997, prefácio).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Comunicação (UFRJ). Jornalista diplomado (UFF). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PUC-Rio). E-mail: laaguiar@uol.com.br

<sup>3</sup> Doutora e Mestre em Comunicação (PUC-Rio). Jornalista diplomada (UFRJ). Professora do curso de Jornalismo da ESPM/Rio. E-mail: barsotti.adriana@gmail.com

A mesma menção à concorrência infinita entre os temas que podem estar estampados na primeira página aparece no texto de apresentação de Otavio Frias Filho, diretor de redação da *Folha de S.Paulo*, no livro *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha*. Diante de um “fluxo” composto por uma “infinidade” de acontecimentos, ele chega a comparar tal concorrência ao processo de “seleção natural”:

Mesmo que não exista acordo sobre o que é um ‘fato’ – como isolá-lo, por exemplo, do fluxo em que se dissolvem todos os acontecimentos? –, damos como certo que a cada dia ocorre uma infinidade deles. Somente uma parcela ínfima é recolhida e relatada às pressas pelos jornais; parcela ainda menor é projetada, depois de vencer uma corrida semelhante à da seleção natural, nas primeiras páginas (FRIAS FILHO, 2016, p.7).

Para Frias Filho, as primeiras páginas se convertem em “espelhos do mundo”, mas não seriam apenas convexos, mas “duplos”. Por meio das capas de jornais, prossegue ele, o leitor seria informado sobre a “realidade objetiva”, mas também sobre o recorte humano – ou seja, jornalístico, com suas “idiossincrasias, hábitos e ilusões” – que determina a escolha do que “vale” e do que “não vale” estar na primeira página (idem, p.7). Em sua reflexão, o jornalista atribui a decisão sobre a seleção dos fatos que estarão nas primeiras páginas a uma mescla “de fatores de mercado, política editorial, tradição jornalística, gosto plástico, valores”. Sem mencioná-las, Frias Filho está fazendo uma referência as teorias do jornalismo. A “política editorial” e os “fatores de mercado” a que Frias se refere estão ligados à teoria dos constrangimentos organizacionais (BREED, 1999). Os “hábitos”, “valores” e a “tradição jornalística”, à teoria do *gatekeeper* (WHITE, 1999) e aos valores-notícia que regem a cultura profissional dos jornalistas (WOLF, 2009), como será abordado mais adiante.

Por ora, vale prosseguir na reflexão do jornalista sobre a primeira página. Frias Filho acredita que, “por trás da multiplicidade de influências, que se articulam de maneira tão incidental quanto os próprios eventos do dia” na composição das primeiras páginas, emergem “trações antagônicas”. O diretor do jornal *Folha de S.Paulo* entende que “toda primeira página será o resultado de seu conflito e tentará expressar uma fórmula de equilíbrio” (idem, p.8). Como veremos adiante, nem os “eventos do dia” são “incidentais” como parecem tampouco as influências que se exercem sobre a primeira

página. Mas o “conflito” que ali se materializa diariamente pode ser entendido dentro da perspectiva da disputa pelo discurso sob a ótica de Foucault (2009).

### **A ordem do discurso jornalístico**

Os estudos de Michel Foucault contribuíram para a visão do discurso como lugar de produção das relações de poder-saber. Ao afirmar que o poder flui, Foucault relativizou o poder absoluto e soberano do Estado e de seus aparatos, mostrando como ele perpassa todas as relações sociais. Ele entende o discurso como uma dessas manifestações de poder e de tensão. Como observou Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2009, p.10).

Para o teórico, a história tradicional das ideias foi dominada por quatro noções que ele julgou ser necessário desconstruir em sua aula inaugural no *College de France*, em 1970: a significação, a originalidade, a unidade e a criação. Para Foucault, o discurso não tem uma única significação, não se deve buscar seu significado em seu interior, e sim a partir das múltiplas interpretações que dele decorrem quando se manifesta. É preciso, argumenta ele, suspender “a soberania do significante” (idem, p.51). Não devemos “imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento”, sustenta o teórico. “Parece que o pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra [...], para que aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar” (idem, p.46). Foucault lembra que não há uma unidade “pré-discursiva” da qual podemos lançar mão para nomear a realidade social (idem, p.53). Ou seja, a primeira página não poderia ser, portanto, fruto da “realidade objetiva” nem “espelho do mundo”, como indica Frias. A capa dos jornais é construída por uma ordem que rege a produção do discurso, com todas as suas nuances.

A noção de “originalidade” também deve ser combatida, sustenta Foucault. Não há um marco zero, uma data fundadora dos discursos. O teórico observa que tendemos a considerar o que chama de “papel positivo” dos autores, das disciplinas, da “vontade de verdade” na construção dos discursos. A positividade residiria na organização dos saberes por meio do discurso. Para ele, o que deveria estar em jogo, entretanto, é o papel negativo da “rarefação do discurso”. Ou seja, o que precisaria ser posto em xeque é

como os discursos dominantes são excludentes. Poucos sujeitos falam. Foucault compreende que a “vontade de verdade” na sociedade ocidental apoia-se sobre um suporte institucional do ensino e do saber: a pedagogia, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas. Tal aparato institucional conferiria uma pressão, um poder de coerção sobre os outros discursos. O filósofo observa como o sistema penal, por exemplo, procurou sua justificação no direito, na sociologia, na psicologia, na medicina e na psiquiatria.

As disciplinas são detentoras de regras e métodos cujo objetivo seria enunciar verdades. Cada disciplina reconheceria proposições verdadeiras e falsas no domínio de seus objetos. As disciplinas são sistemas de controle na produção do discurso, sustenta Foucault. Por meio da produção dos discursos disciplinadores, cria-se, simultaneamente, um sistema de exclusão – o monopólio da fala – e de pertença, na qual estão em jogo relações de poder:

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros (FOUCAULT, 2009, p. 43).

O sistema de exclusão do discurso, entretanto, não significa que exista um discurso único, “ilimitado, contínuo e silencioso” prestes a emergir e ao qual devemos dar fala, alerta Foucault. “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (idem, p.53). Para uma análise do discurso eficaz, deve-se evitar, portanto, as noções de significação, originalidade, unidade e criação que dominaram a história do pensamento ocidental, onde “se procurava o ponto da criação, a unidade de uma obra, de uma época ou de um tema, a marca da originalidade individual e o tesouro indefinido das significações ocultas” (idem, p.54). Em suma, Foucault aponta para a relatividade da produção discursiva e sua máscara: a impossibilidade de apreensão da realidade objetiva.

Ser o “espelho do mundo”, todavia, é uma retórica que rege a cultura dos jornalistas ainda hoje, embora a filosofia, as ciências sociais e as teorias do jornalismo já tenham reconhecido as limitações da busca pela “verdade dos fatos”. No livro *História Cultural da Imprensa*, Marialva Barbosa (2010) resgata falas de jornalistas fundadoras de um passado mítico da profissão no Brasil. Os depoimentos revelam os alicerces sobre os quais o grupo construiu o ideal da profissão. Entre eles, o da

objetividade, responsável pela criação de uma imparcialidade mítica que conferiria maior poder simbólico ao profissional que pretende ser o “tradutor do mundo para o público”:

Aspecto recorrente nas narrativas memoráveis dos jornalistas como grupo é o da valorização da informação. Em todas as falas, a separação entre o mundo da opinião e o mundo da informação vai construindo o ideal de objetividade como valor imprescindível para a notícia e, sobretudo, como aspecto fundamental da profissão. Com isso, instauram a mítica da imparcialidade, indispensável para quem quer se afirmar como tradutor do mundo para o público. E, em função disso, aquinhoar maior poder simbólico (BARBOSA, 2010, p.81).

É digno de nota como a ideologia profissional dos jornalistas se vale até hoje da teoria do espelho<sup>4</sup>, segundo a qual as notícias seriam um reflexo da realidade. Felipe Pena também observa como os jornalistas defendem-na para legitimar a profissão:

A comunidade jornalística defende a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos (PENA, 2008, p.126).

Nascida no século XIX e fruto do cientificismo e do Positivismo da época, a metáfora do espelho, de fato, ainda é recorrente no imaginário do jornalismo. Mindich (1998) cita o uso recente da metáfora do espelho em algumas situações. Em editorial, o *The New York Times* recorreu a ele ao afirmar que “a diferença entre notícias e ficção é a diferença entre um espelho e uma pintura”. O presidente da Associação dos Diretores de Notícias de Rádio e Televisão nos Estados Unidos, David Bartlett, afirmou que as notícias de televisão eram o “espelho que refletia a realidade”. Mindich cita também a declaração de Richard Salant, presidente da *CBS News*: “Nossos repórteres não cobrem as notícias a partir de seus pontos de vista. Eles as apresentam sob o ponto de vista de ninguém”. A revista *Time*, que mantém o ritual de eleger a personalidade do ano, não foge à regra: “Nós não escolhemos o homem do ano. A História o faz”. “Você nos dá 22 minutos e nós te damos o mundo”, diz o slogan de uma rádio local de Nova York. A

---

<sup>4</sup> Não existe uma autoria para a teoria do espelho. Segundo Pena (2008), ela foi a “primeira metodologia utilizada na tentativa de compreender porque as notícias são como são”, ainda no século XIX, devido às mudanças no jornalismo norte-americano, que passou a privilegiar os fatos em detrimento da opinião. Traquina (2005) nota que a metáfora do espelho surgiu no contexto do século XIX, quando o pensamento positivista era reinante.

---

promessa, enfatiza o autor, não é de uma visão do mundo através das lentes da rádio, mas do *facsimile* do mundo (MINDICH, 1998, p.7).

Outro caso notório de uso do paradigma do espelho foi a assinatura que o apresentador Walter Cronkite, âncora do *CBS Evening News* de 1962 a 1981, celebrou: “E é assim que as coisas são”. Dan Rather, que o sucedeu na função até 2005, sintomaticamente substituiu a assinatura para “Isto é real. E isto é parte do nosso mundo”. Na visão de Mindich, ao mesmo tempo em que Rather evocava ainda a realidade, punha-se a questioná-la, pois não dizia “este é o mundo” tampouco “parte do mundo”, mas “parte do nosso mundo”, ou seja, o mundo visto através dos filtros da emissora (MINDICH, 1998, p.5).

Mas se existem os filtros, como eles funcionam? O que é determinante para a escolha dos temas que estarão na primeira página dos jornais? As teorias do jornalismo podem fornecer algumas contribuições. Barbosa (2005) aponta as limitações de tais teorias, que buscaram sua inspiração na sociologia. Para a autora, não se trata apenas de descrever as rotinas produtivas do jornalismo. Além de explicar como as notícias são selecionadas, é preciso buscar os porquês. Para tanto, sustenta, é fundamental trazer o contexto histórico em que a seleção e a narração das notícias acontecem porque tais processos estão circunscritos em universos espaciais e temporais específicos. Consideramos que levar em conta a contribuição das teorias do jornalismo para a explicação das rotinas produtivas jornalísticas não exclui a possibilidade de inseri-las numa perspectiva histórica. Portanto, acreditamos que a consciência histórica nos estudos de jornalismo pode complementar os estudos teóricos de inspiração sociológica sobre a atividade.

A teoria do *gatekeeping* aplicada ao jornalismo dá as primeiras pistas sobre o processo de seleção das notícias, embora estudos posteriores tenham mostrado sua limitação. *Gatekeeping* é um termo largamente aplicado ao processo de controle da informação conforme ela passa pelos filtros ou *gates*. No entanto, ele não é originário da comunicação. Barzilai-Nahon (2008) nos conta que o criador do conceito, o psicólogo Kurt Lewin, observou os *gatekeepers* através da ótica psicológica, pesquisando como e por que os hábitos alimentares das famílias diferiam. Entre os grupos que examinou, Lewin notou que as donas de casa controlavam as decisões sobre quais alimentos seriam consumidos em suas famílias, impondo barreiras ou criando incentivos. Lewin se referiu a elas pela primeira vez como *gatekeepers*, em 1947. Na sequência, o conceito seguiu

diferentes caminhos, tendo sido aplicado nos campos da comunicação, da tecnologia, da ciência política e da ciência da informação.

O primeiro teórico a aplicar o conceito ao jornalismo foi David White, em 1950. White usou a teoria do *gatekeeping* para mostrar como os editores filtram as notícias, em um processo de seleção e rejeição. Em seu estudo de caso, ele se concentrou no último *gatekeeper* da cadeia: um editor de primeira página, denominado por ele de Mr. Gates, que trabalhava em um jornal norte-americano com tiragem de 30 mil exemplares numa cidade de cem mil habitantes. Ele era responsável pela seleção e edição do noticiário nacional e internacional do jornal, proveniente de três agências internacionais (*Associated Press, United Press e International News Service*). “Em muitos aspectos, ele é o *gatekeeper* mais importante de todos, pois se rejeitar uma notícia, o trabalho de todos aqueles que o precederam, relatando-a e transmitindo-a, fica reduzido à zero” (WHITE, 1999, p.143).

Naquele estudo de caso, foi pedido ao editor – após o fechamento da edição impressa –, que realizasse a revisão de todas as notícias (à época, elas chegavam em despachos por telex enviados pelas agências de notícias) que recusara ao longo do dia. Em vez de atirá-las no cesto de lixo, como de costume, ele deveria guardá-las numa caixa. Depois do fechamento, lia uma a uma, anotando o motivo pelo qual elas não haviam sido selecionadas. Ao longo de uma semana, apenas um décimo das notícias foi aprovado pelo filtro de *Mr. Gates*. White estava mais interessado em investigar as razões pelas quais o restante fora reprovado. O autor concluiu que a seleção de notícias “era extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, nas atitudes e nas expectativas do *gatekeeper*” (WHITE, 1999, p.145).

Contudo, a falta de espaço foi um fator determinante para a recusa de uma grande quantidade de notícias: nada menos do que 168 vezes o *Mr. Gates* fez a anotação “sem espaço”. Ou seja, “a notícia (aos seus olhos) tem mérito e interesse, ele não faz quaisquer objeções pessoais a elas, mas o espaço tem um valor superior” (idem, p.145). O interessante é notar que o próprio White relativiza a influência do gosto pessoal do editor em suas escolhas, embora as conclusões de seu estudo tenham sustentado a prevalência de critérios subjetivos. Ele nos fornece a pista de que já naquela ocasião era possível constatar aquilo que Ramonet (2007) viria a classificar como “mimetismo midiático” e que Wolf (2009) aponta como um critério de noticiabilidade: a



concorrência entre os veículos seria também um fator de decisão na seleção das notícias:

Será que um redator telegráfico pode recusar destacar uma notícia quando um seu congênere na estação de rádio local lhe está a dar o máximo destaque? De igual modo, será que um editor telegráfico pode minimizar uma “estória” quando vê que jornais concorrentes de áreas metropolitanas vizinhas vêm para a sua cidade e lhe dão destaque? Indubitavelmente que estes fatores têm algo a ver na determinação da opinião do editor telegráfico, em relação àquilo que ele deve dar ao público leitor na manhã seguinte (WHITE, 1999, p.150).

Traquina faz ressalvas quanto à teoria do *gatekeeper* por analisar apenas as notícias a partir do ponto de vista de quem as produz: o jornalista. Para ele, essa é uma teoria que privilegia uma “abordagem microsociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macrosociológicos, ou mesmo, microsociológicos como a organização jornalística” (TRAQUINA, 2005, p.151). O autor cita que estudos de McCombs e Shaw, em 1976, e de Hirsch, em 1977, também questionaram a validade da teoria, ao apontarem que a proporção de notícias oferecidas pelas agências por categoria foi semelhante à proporção de temas aproveitados por *Mr. Gates*. Ou seja, ele apenas teria reproduzido as escolhas das agências (TRAQUINA, 2005, p. 151). Num estudo posterior realizado com 16 jornalistas com as mesmas responsabilidades de *Mr. Gates*, Gieber chegou à conclusão diversa da de White: o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da organização (*apud* TRAQUINA, 2005, p.152). Wolf (2009), ao analisar o estudo de White, aponta que as normas ditadas pela cultura profissional prevaleceram estatisticamente sobre as preferências pessoais no processo de seleção das notícias.

Cinco anos depois do estudo de caso de White, o sociólogo norte-americano Warren Breed fez em 1955 uma pesquisa com 120 jornalistas e chegou à conclusão que valores editoriais da empresa e a rotina profissional das redações tinham um peso maior nas decisões dos jornalistas do que suas crenças pessoais, dando origem à teoria dos constrangimentos organizacionais. Intrigava-o o fato de a política editorial dos jornais ser seguida nas redações apesar de muitas vezes transgredir normas jornalísticas, de os jornalistas algumas vezes discordarem dela e de os *publishers* não poderem legitimamente ordená-la. O autor constatou que os profissionais afirmavam aprender a linha editorial da empresa “por osmose”.



---

Todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem “por osmose”. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e “aprendem as regras” como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades (BREED, 1999, p.155).

Entre os fatores que levariam a esse aprendizado estariam a socialização do novato na redação, a observação de quais notícias os mais experientes costumam vetar e a leitura diária do próprio jornal para o qual se trabalha. Depois de observar como a linha editorial é apreendida, Breed levantou as razões pelas quais ela é mantida: 1) medo de sanções; 2) sentimento de estima pelos superiores; 3) aspirações de crescimento na empresa; 4) ausência de lutas sindicais da categoria; 5) prazer da atividade; 6) desafio constante pela busca da notícia. Na direção contrária, Breed também identificou brechas que permitem sua eventual transgressão: 1) como a linha editorial nunca é claramente anunciada, existe um raio de desvio no seu cumprimento; 2) o poder de decisão do repórter sobre quem entrevistará, que perguntas fará, quais citações publicará e quais omitirá e o tom em que redigirá sua reportagem; 3) o repórter pode passar a notícia censurada para um concorrente a fim de mostrar ao *publisher* que ela é demasiado importante para ser ignorada; 4) no “furo” de reportagem, o repórter ganha a função de editor, decidindo os rumos da notícia; 5) jornalistas com status de estrelas podem facilmente ignorá-la.

É importante ressaltar que, entre os fatores enumerados por Breed que permitem a transgressão da linha editorial, estão os filtros aplicados pelo repórter em algumas das situações. Ou seja, a teoria dos constrangimentos organizacionais não menospreza o poder do *gatekeeper*, mas situa-o dentro do contexto do ambiente organizacional. Nessa perspectiva, a teoria dos constrangimentos organizacionais avança e complementa a teoria do *gatekeeping*.

Soloski (1999), na mesma linha de raciocínio de Breed, aponta constrangimentos no trabalho jornalístico exercidos graças às rotinas profissionais. Para ele, o profissionalismo controla o comportamento dos jornalistas ao estabelecer padrões e normas de comportamento e ao determinar o sistema de recompensas profissionais. Todavia, como já apontara Breed, os jornalistas, por sua vez, têm independência suficiente para transgredir algumas regras. A seleção do que é notícia e das fontes

noticiosas a serem ouvidas são funções do jornalista, que realizará tais tarefas seguindo as rotinas profissionais e os critérios de noticiabilidade que a comunidade profissional elegeu para si. As organizações têm de agir para limitá-la. Soloski (1999) conclui que o trabalho do jornalista é regido por limites transorganizacionais – o profissionalismo jornalístico – e interorganizacionais, por meio de mecanismos de controle representados pela política editorial.

Neste sentido, as forças interorganizacionais e transorganizacionais seriam parte de uma disputa em que outros atores da sociedade se fazem presentes. O discurso jornalístico, retomando a linha de pensamento de Foucault, não seria fruto exclusivamente de uma “vontade de verdade” estabelecida pela comunidade profissional e pelas organizações, mas também manifestaria a luta pelo discurso do qual todos querem se apoderar. Soloski (1999) observou que predominam as fontes oficiais no discurso jornalístico e que, portanto, ele reforçaria o *status quo*. Entretanto, essa prevalência não se dá sem uma tensão permanente sobre quem terá o poder de fala.

O processo de seleção das notícias, portanto, não é “incidental”, como afirma Frias Filho. É regido em parte pelas rotinas produtivas estabelecidas nas redações, pelos constrangimentos organizacionais, por valores-notícia compartilhados pela comunidade dos jornalistas, pelas escolhas do *gatekeeper* e pelas diversas forças sociais, dentro de contextos históricos específicos que precisam ser analisados. Há que se desmistificar agora esse “fluxo interminável” de acontecimentos que geraria uma eterna angústia nos jornalistas diante da impossibilidade de apreendê-lo nas páginas de jornais. Nas palavras de Dines, a primeira página é a “arena” onde se trava um “combate infundável” que o jornalista sempre perde e aponta o motivo: “a vida continua, surpreendente, incapaz de ser apreendida, reproduzida e sintetizada” (DINES, 1997).

Essa visão, que o próprio Dines chama de “romântica”, menospreza o papel dos jornalistas na construção das notícias. Kunczik (2002) nos conta que, já em 1688, Daniel Hartnack, ao abordar o problema da seleção de notícias, concluiu que o aparecimento periódico dos jornais produziu uma demanda por notícias que não dependiam do que acontecia no mundo. Ou seja, as notícias necessariamente deveriam ser produzidas para preencherem os jornais em seus ciclos de produção. Para Kunczik (2002, p.241), tal conclusão permitiu a Hartnack vislumbrar o problema da construção da realidade pelos meios de comunicação de massa.

Somente nos anos 1970, entretanto, surge o termo *newsmaking* (TUCHMAN, 1978) para designar o processo de produção das notícias como construção social da realidade. Os estudos de Foucault influenciaram a teoria do *newsmaking*, que compreender que o discurso jornalístico se constitui como um dispositivo discursivo de construção social da realidade. Traquina (2005), ao analisar os trabalhos dos teóricos que a defendem, nota que as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, partindo da premissa de que a linguagem não é neutra, não pode agir como transmissora direta do significado dos acontecimentos. Por último, a produção das notícias está sujeita a diversos fatores, incluindo os constrangimentos organizacionais, os limites orçamentários e as próprias rotinas produtivas para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Ao referir-se às notícias como socialmente construídas, Hall *et al.* (1999) observam que os órgãos de imprensa não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que seriam naturalmente “noticiáveis” por si só. Eles sustentam que as notícias são o produto final de um processo envolvendo diversas etapas, desde a escolha sistemática de acontecimentos de acordo com a cultura profissional dos jornalistas, mas também com categorias socialmente construídas. Ao dar publicidade aos acontecimentos, os jornalistas devem procurar encaixá-los nos mapas de significado já previamente conhecidos da sociedade de modo a torná-los compreensíveis:

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da “desordem”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base de nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está “traçado” (HALL *et al.*, 1999, p.226).

Na mesma linha de raciocínio, Tuchman (1999) argumenta que os acontecimentos noticiosos são “estórias” recontadas ano a ano que traduzem os conflitos de determinada sociedade. Como exemplo disso, Tuchman cita o relato do repórter de polícia Robert Darnton que, à procura de uma boa “estória” num determinado dia, descobriu que uma bicicleta fora roubada de uma criança. O repórter não hesitou em escrever um relato do acontecido e se surpreendeu ao descobrir que a mesma notícia fora publicada por seu jornal anos antes: “criança vítima de roubo de

bicicleta”. Tuchman sustenta que alguns acontecimentos nunca se tornarão notícias se não puderem ser encaixados num catálogo prévio de “estórias” (1999, p.261).

Tuchman aplica os conceitos de *frame* e *strip* de Goffman (1975) para analisar o processo produtivo das notícias. Goffman define *frame* como os princípios de organização que governam os acontecimentos sociais. Já a *strip* seria um corte arbitrário do fluxo da atividade social. Os *frames* organizariam as *strips*. Utilizando os conceitos ao processo de produção da notícia, equivaleria dizer que os *frames* fornecem contexto e significado aos acontecimentos, emprestando-lhes uma coerência narrativa. Os jornalistas, ao narrar os acontecimentos, buscariam um catálogo de *frames* para aplicar às notícias (TUCHMAN, 1999, p.261).

Bird e Dardenne (1999) observam como os jornalistas resistem ao fato de a notícia ser uma construção narrativa e preferem sustentar seu trabalho em termos da objetividade, imparcialidade, equilíbrio e reflexo da realidade. Eles lembram também que a maioria dos autores que se debruçaram sobre o processo de produção das notícias prefere classificá-las quanto ao seu conteúdo, lembrando Gans dividiu-as entre “importantes” e “interessantes” e Schudson fez a oposição entre “informação” e “estória”. Eles refutam tais classificações por dois motivos principais: primeiro não acreditam que o público perceba o mundo tão claramente dividido entre esses opostos. Segundo porque tal discussão ofusca a análise estrutural das notícias em si. Os autores propõe que elas sejam vistas como um mito. Por meio dos mitos, os membros de uma cultura aprendem sobre ela e compartilham seus valores, citando que Malinowski considerou o mito como um “alvará” para a cultura humana enquanto Frye observou que o mito tranquiliza ao oferecer explicações para os fenômenos desnorteantes e, ao mesmo tempo, fornecer respostas aceitáveis.

Bird e Dardenne, ao aplicar o conceito de mito às notícias, observam como “elas criam ordem na desordem, transformando o saber em contar” (1999, p.266). As notícias oferecem mais do que os fatos: elas proporcionam aos leitores tranquilidade e familiaridade em situações compartilhadas culturalmente. Assim, uma notícia sobre um crime é somada ao repertório de notícias sobre crimes que os leitores já dispõem previamente. Muito além dos números e detalhes apresentados, ela torna-se parte de “uma estória ou mito mais amplo acerca de crimes e valores” (1999, p.267). Eles observam que “os fatos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a

estrutura na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura. As notícias, sustentam os autores, seriam uma “história contínua da atividade humana”.

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior. As notícias enquanto abordagens narrativas não negam que informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os “fatos”, “nomes” e “números” que os jornalistas tentam apresentar com tanta exatidão. Estes pormenores – significantes e insignificantes – contribuem todos para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem (BIRD; DARDENNE, 1999, p.265).

### Considerações finais

Em outro texto de apresentação do livro *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha*, Nicolau Sevckenko observa que é “desconcertante” para o historiador confrontar-se com a primeira página de um jornal, que ele define como “uma única folha de papel que procura ser o espelho do mundo, concentrando no seu rosto todos os acontecimentos mais marcantes do momento presente”. A origem da perturbação estaria no fato de o historiador, “esse profissional cartesiano acostumado a dividir, separar selecionar” encontrar nela uma miscelânea de acontecimentos aparentemente sem nenhum denominador comum entre eles a que chama de “perversa reunião”:

Para seu completo espanto, aparecem lado a lado a irrupção de uma guerra sangrenta que põe em risco a própria sobrevivência da humanidade, o casamento de uma atriz de TV nacionalmente conhecida, um gol anulado numa disputa entre times locais e um chimpanzé que fugiu do circo e subiu no poste de iluminação. Qual é o critério dessa perversa reunião? (SEVCENKO, 2016, p.8).

Mais adiante, Sevckenko também classifica as primeiras páginas de jornais como um “arranjo desarticulado e incoerente”, um “gesto de força” com o qual pretendem “abraçar o mundo”:

O gesto de força com que o jornal pretende abraçar o mundo e espelhá-lo na sua primeira página se transforma em fragilidade diante do arranjo desarticulado e incoerente que ele produz: cinco linhas para o incêndio na Birmânia, três colunas e um editorial inflamado para a majoração das passagens dos ônibus municipais (SEVCENKO, 2016, p. 8).

Em *Comunidades Imaginadas* (1991), Benedict Anderson também se deteve sobre essa justaposição de acontecimentos estampados nas primeiras páginas. Em um

mesmo dia, observou ele, notícias tão díspares quanto a fome no Mali, uma reportagem sobre dissidentes soviéticos, o discurso de François Mitterrand, um golpe no Iraque, um terrível assassinato e a descoberta de um fóssil no Zimbábue podem estampar a primeira página do *New York Times*. Por que esses eventos estão justapostos? O que os conecta?, pergunta Anderson. “A arbitrariedade dessa inclusão e justaposição mostra que a relação entre eles é imaginada” (ANDERSON, 1991, p. 13).

Em 1910, Weber já se mostrava igualmente intrigado. No texto *Sociologia da imprensa*, originalmente uma conferência apresentada por ele no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia, em Frankfurt, o sociólogo definiu os jornais como “um cozido” que oferece notícias de política à cultura, passando por diversos temas. Embora não estivesse se referindo especificamente às primeiras páginas, elas são uma vitrine deste “cozido” na medida em que são um chamariz para a diversidade de conteúdos encontradas nas páginas dos jornais:

Quais são as conseqüências do fato de que o homem moderno tenha se acostumado, antes de iniciar seu trabalho diário, a alimentar-se com um cozido que lhe impõe uma espécie de caça por todos os campos da vida cultural, começando pela política e terminando com o teatro, passando por muitos outros assuntos? É claro que não se trata de um tema insignificante (WEBER, 2002, p.193).

As noções de temporalidade da modernidade, em que os jornais se firmaram como veículos de massa, são úteis para a compreensão da “perversa reunião”, do “cozido” ou da “arbitrariedade” que emergem das primeiras páginas. Anderson argumenta que o que une os acontecimentos justapostos nas capas de jornais é a sua coincidência no calendário, o tempo homogêneo que compartilham. “O formato romanceado do jornal assegura aos leitores que em algum lugar o personagem Mali se move silenciosamente, esperando a hora de ressurgir no roteiro”, argumenta Anderson. Para o autor, “ler um jornal é como ler um romance cujo autor abandonou qualquer ideia de enredo coerente” (ANDERSON, 1991, p.33).

### Referências

ANDERSON, B. **Imagined Communities**. Londres: Verso, 1991.

BARBOSA, M. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Revista Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 51-62, 2005.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

---

BARZILAI-NAHON, K. Towards a theory of network gatekeeping: a framework for exploring information control. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 59, n. 9, p. 1493-1512, 2008.

BIRD, E.; DARDENNE, R. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 263- 277.

BREED, W. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 152- 166.

DINES, A. Prefácio. In: \_\_\_\_ (Org.). **100 páginas que fizeram história: grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos**. São Paulo: LF&N, 1997.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

FRIAS FILHO, O. Apresentação. In: FOLHA DE S.PAULO. **Primeira página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha**. São Paulo: Publifolha, 2016.

HALL, S. *et al.* A produção social das notícias: o ‘mugging dos media’. In: TRAQUINA, N.(Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2002.

MINDICH, D.T.Z. **Just the facts: how “objectivity” came to define american journalism**. New York: New York University Press, 1998.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SEVCENKO, N. O rosto do mundo. In: FOLHA DE S.PAULO. **Primeira página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha**. São Paulo: Publifolha, 2016. p. 8-9.

SOLOSKI, J. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 91-100.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: Free Press, 1978.

\_\_\_\_\_. Contando ‘estórias’. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 258-262.

WEBER, M. Sociologia da imprensa. **Lua Nova**, n. 55-56, p. 185-194, 2002.

WHITE, D. O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 142-151.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2009.